

Arrecadação de ICMS cresce, e Sefaz comemora

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

A secretária estadual da Fazenda, Cristiane Mendonça, analisa os resultados

■ O desempenho das finanças públicas estaduais apresentou um resultado bastante satisfatório no primeiro semestre de 2008, especialmente no que diz respeito à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que atingiu o montante de R\$ 3,2 bilhões até junho.

Segundo a secretária estadual da Fazenda, Cristiane Mendonça, o bom resultado é fruto de dois movimentos. "Pelo ângulo da receita, vemos a continuidade do crescimento da arrecadação no Estado. Pela ótica da despesa, verificamos o permanente controle dos gastos públicos", explica.

ARRECAÇÃO CRESCE CONTÍNUA E SISTEMATICAMENTE

O volume de arrecadação do Estado vem aumentando de modo contínuo e sistemático. O primeiro semestre deste ano apresentou um aumento de 18,5% só na arrecadação de ICMS, se comparado ao mesmo período de 2007, quando R\$ 2,7 bilhões foram recolhidos aos cofres públicos. "O Espírito Santo é um dos Estados com maior eficiência fiscal do País",



Sistema inovador de gestão

■ A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) será um dos órgãos pioneiros na utilização do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), cuja primeira fase está prevista para ser implementada até o final deste ano.

O Siga é uma ferramenta de gestão, que vai centralizar, interligar e gerenciar as informações e os procedimentos de compras, de patrimônio, de almoxarifado e de contratos do Governo do Estado.

O piloto do sistema vai ser testado pela Sefaz, pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger), pelo Instituto de Tecnologia e Informa-

ção do Espírito Santo (Prodest) e pela Auditoria Geral do Estado (AGE).

Com o início da operação do Siga, os procedimentos e as informações sobre as compras realizadas pelo Estado estarão disponíveis na internet (pregão eletrônico, compra direta, concorrência e tomada de preços, catálogo de materiais, cadastro de fornecedores, gestão de contratos e convênios e registro de preços, entre outros).

"A Secretaria da Fazenda estabeleceu, como prioritária, a modernização da gestão nas áreas do Siga e está convencida de que o sistema suprirá, em grande parte, suas necessidades de informatização", afirmou a secretária Cristiane Mendonça.

gurança Pública, que saltou de R\$ 472 milhões, em 2006, para R\$ 690 milhões em 2007; e Transportes, que passou de R\$ 334 milhões, em 2006, para R\$ 381 milhões, em 2007.

Conforme a secretária, foram investidos mais recursos em diversas áreas, sem que a população tivesse que pagar mais por isso. "Mesmo sem pagar mais imposto do que os cidadãos de outros estados, os capixabas vêm percebendo no seu dia-a-dia os resultados da elevação do volume de recursos aplicados em serviços públicos", garante.

fiscal créditos da ordem de R\$ 16,8 milhões. A Sefaz acaba de iniciar a segunda etapa do Projeto de Notificação de Débito, cujo objetivo é o recebimento de R\$ 33 milhões.

De acordo com o subsecretário da Receita, Bruno Negrís, a Sefaz está notificando 586 corporações devedoras de ICMS. A comunicação aos empresários é feita por envio de notificação pelos Correios, via AR, com comprovante de recebimento.

A operação realizada pela secretaria abrange empresas que já declararam suas dívidas ao governo, mas não pagaram

eficiência fiscal do País", destaca Mendonça.

"A administração estadual tem perspectivas de manter esse nível de arrecadação, que situa o Espírito Santo como um dos estados com maior eficiência fiscal do País", destaca Mendonça.

De acordo com a secretária, é fundamental destacar que o incremento da arrecadação no Espírito Santo vem sendo alcançado pelo atual governo sem aumento de impostos nem de outros tributos. "O desenvolvimento econômico registrado no Estado, o aumento da eficiência na fiscalização fazendária e a gestão tributária ética são os principais fatores responsáveis pela evolução das receitas tributárias capixabas", justifica.

Um dos fatores que contribuíram significativamente para o aumento da receita foi o combate à sonegação, por meio de fiscalização. Além disso, o Governo do Estado fixou uma administração tributária responsável, que permitiu arrecadar mais e ampliar o potencial de crescimento do Espírito Santo.

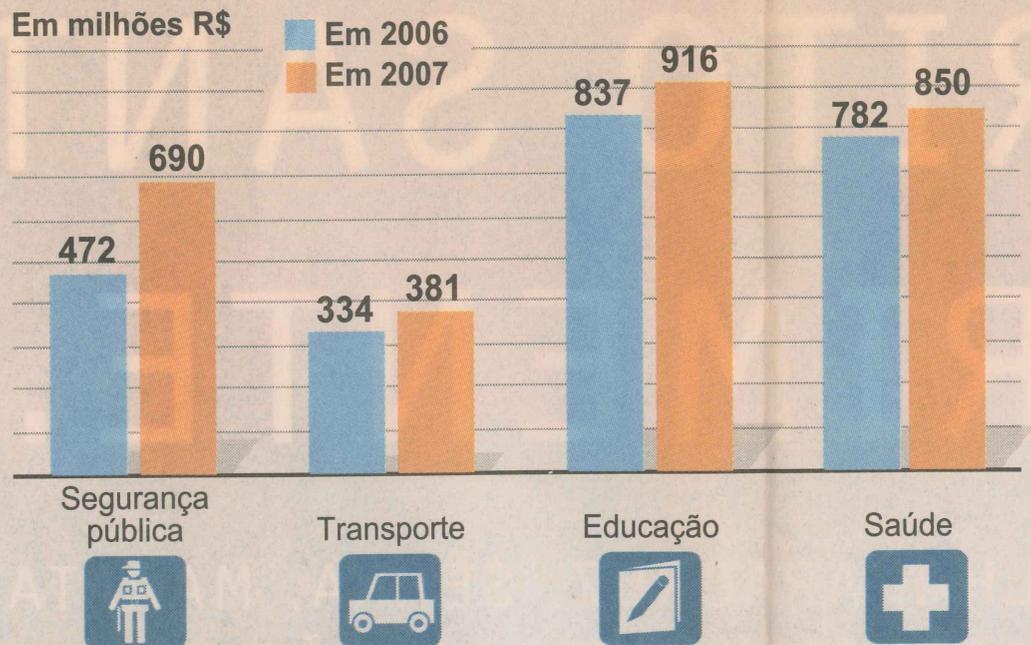
Foram criados e implementados mecanismos mais modernos de gestão tributária, que auxiliam no combate à sonegação. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) tem atuado em parceria com o Ministério Público, estruturado a inteligência fiscal do órgão e investido em tecnologia da informação, para combater a sonegação.

A nota fiscal eletrônica e o sistema público de escrituração digital são alguns desses novos instrumentos utilizados para acabar com a sonegação fiscal. "Já é possível identificar a tendência de redução da sonegação fiscal no Estado. No entanto, não há como mensurá-la", explica Mendonça.

O ICMS é a principal fonte de receita do Estado. Ele representa 82% da arrecadação estadual própria e

SEGUNDO a secretária Cristiane Mendonça, o volume de arrecadação do Estado vem aumentando de modo contínuo e sistemático. FOTO: GUSTAVO LOUZADA

Investimentos do Estado



Arte: Gilson

possui relevante papel na economia dos municípios capixabas, que recebem, a título de repasse, 25% dos recursos provenientes do imposto.

A aplicação do imposto é definida pela Assembleia Legislativa, por meio da Lei Orçamentária Anual. Todas as áreas de atuação do Estado são contempladas pelo incremento das receitas públicas, incluindo a arrecadação do ICMS. Mas, segundo Cristiane Mendonça, as áreas de Saúde e Educação têm ficado com um percentual maior de investimento, que chega a ser maior, inclusive, do que o estipulado por lei.

Em 2007, os gastos com Saúde chegaram a R\$ 850 milhões, apresentando um aumento de 8,6%, se comparado com 2006, quando o Es-

tado investiu R\$ 782 milhões na área. Já a Educação ficou responsável pela fatia de R\$ 916 milhões, registrando um incremento de 9,4% nos investimentos de

2007, se comparado a 2006, quando o gasto na área foi de R\$ 837 milhões.

Outros setores que apresentaram acréscimo nos recursos investidos foram Se-

Atendimento ao contribuinte

■ A partir de 2009, a Sefaz deve implantar o Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária (Profaz). O principal objetivo desse projeto é dotar a instituição de servidores bem qualificados e valorizados, trabalhando em um ambiente funcionalmente avançado, para que a Sefaz possa oferecer o melhor atendimento ao contribuinte.

O plano de modernização

vai estruturar a secretaria, que participará ainda mais do desenvolvimento do Estado. "A implementação do Profaz contribuirá para que as decisões administrativas sejam ágeis e precisas, as atividades se tornem mais produtivas e a captação de receita e o controle dos gastos públicos tenham mais eficiência", afirmou o subsecretário da Receita, Bruno Negrís.

CONTROLE DAS DESPESAS

"O controle das despesas estaduais constitui um dos pilares de sustentação das finanças públicas do Estado", afirma Cristiane Mendonça.

Dessa forma, a Secretaria da Fazenda está atenta à evolução dos gastos públicos, para compatibilizá-los com o real crescimento da arrecadação, segundo afirmou.

De acordo com a secretária da Fazenda, no que se refere aos gastos com pessoal, o Espírito Santo vem observando os limites estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

PRÉ-SAL

A novidade para todos os brasileiros e para os capixabas é a recente descoberta de petróleo na região denominada pré-sal. Não é possível estimar ao certo o que isso representará em termos financeiros para o Espírito Santo. No entanto, a secretária da Fazenda diz que "a expectativa é a de que tenhamos uma nova fonte de recursos para os próximos anos".

ESTADO RECUPERA R\$ 20,5 MILHÕES DE DÍVIDA DE ICMS

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) já recuperou, neste ano, R\$ 20,5 milhões, provenientes de dívidas de empresas relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e encaminhou para execução

ao governo, mas não pagaram o valor devido. Elas terão dez dias para pagar o débito, a partir do recebimento da notificação, e poderão parcelar o valor em até 60 meses. As dívidas variam entre R\$ 3,8 mil e R\$ 2,7 milhões.

SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO ESTADUAL

Segundo Bruno Negrís, a inscrição estadual das corporações que não quitarem o débito com o Governo do Estado será suspensa, portanto, elas podem ter seus estabelecimentos fechados. Além disso, ficarão impedidas de receber Certidão Negativa de Débito Estadual, de participar de licitações públicas municipais, estaduais e federais e de aderir ao Simples Nacional.

O subsecretário destacou que 279 empresas notificadas na primeira etapa do projeto, que não pagaram a dívida, terão a inscrição estadual suspensa e 143 serão excluídas do Simples Nacional. "Esse trabalho de notificação das empresas devedoras de ICMS vem sendo sistematicamente realizado pela Secretaria da Fazenda e tem surtido efeitos positivos no que diz respeito ao recolhimento do tributo declarado e não pago", salienta a secretária estadual da Fazenda, Cristiane Mendonça.

De acordo com o subsecretário, o Profaz contém metas ambiciosas e abrange todas as áreas da Secretaria da Fazenda. Por isso, disse, a participação dos servidores está sendo fundamental na formulação do plano.

O valor do investimento é de R\$ 54,6 milhões, dos quais R\$ 14,3 milhões financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 40,3

milhões pelo BID. A contrapartida da Secretaria é de 10% do montante.

Os recursos serão empregados em capacitação, consultoria, equipamentos, sistemas de informação, materiais de serviço de apoio operacional e instalações físicas. A maior parte vai se destinar, principalmente, à formação dos servidores. O Profaz deverá ser implementado no período de 2009 a 2013.